

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão aprova isenção de ITR para imóveis rurais com reserva

Projeto incentiva a criação voluntária de áreas de proteção ambiental

Agência Câmara

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que incentiva a criação voluntária de áreas de proteção ambiental em propriedades privadas rurais ou urbanas.

Pelo texto, se a área da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) ultrapassar 30% da área total do imóvel, o proprietário terá isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

O Projeto de Lei PL 784/19, do deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), foi aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO).

O projeto original, que também estabelecia isenção de ITR para a criação de RPPNs, previa ainda uma alteração no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC – Lei 9.985/00) para transformar essas reservas em áreas de proteção integral e não mais de uso sustentável.

Schreiner, no entanto, propôs um substitutivo alterando essa parte. “Isso poderia impedir o uso de determinada área, mesmo que de maneira sustentável.” O relator mante-



Isenção àqueles que tiverem mais de 30% de área da reserva

“Apoio à implantação e manutenção de RPPN

ve na íntegra o parecer já apresentado por ele e aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

“Não vislumbramos ganho na alteração de categoria das RPPNs para unidades de conservação de proteção integral e concordamos com a possibilidade de o proprietário da RPPN realizar a comercialização de mudas e sementes nela cultivadas. Ademais, julgamos pertinente que o apoio à implantação e manutenção

de RPPN possa ser considerado como forma de compensação ambiental”, destacou o relator.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - O texto aprovado permite o uso de reservas particulares como meio de obter licenciamento para empreendimentos de significativo impacto ambiental. Pelas regras atuais, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral ou unidades de conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável, especialmente as localizadas na Amazônia Legal.

Já as multas decorrentes de infrações ambientais poderão ser convertidas em bens, serviços e benfeitorias em reservas particulares.

ATIVIDADES - A proposta amplia o rol de atividades em reservas particulares. Atualmente, são permitidas apenas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. O texto aprovado permite a instalação de criadouro para planos de recuperação de populações de animais silvestres localmente ameaçados ou de programas de repovoamento de áreas por espécies em declínio na região.

Outra possibilidade é o uso de espécies nativas de ecossistemas da região para instalação de viveiro de mudas, a coleta de sementes em quantidade que não comprometa a biodiversidade local e a comercialização de mudas e sementes.

CRIAÇÃO - A proposta isenta ainda as reservas particulares de taxas cartoriais ou outros custos no processo de criação. As áreas destinadas à criação de reservas particulares não podem estar com obras em andamento ou previstas em editais.

O poder público dará prioridade à criação e ao atendimento de reservas particulares situadas em zona de amortecimento de unidades de conservação e em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será ainda analisada pelas comissões Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

LEVANTAMENTO

Colheita de soja atinge 1,2% da área no Brasil, diz consultoria

Canal Rural

A colheita da safra 2021/22 de soja chegou a 1,2% da área estimada para o Brasil, contra 0,4% no mesmo período do ano passado e 1,1% na média de cinco anos, segundo dados da AgRural. O ritmo inicial dos trabalhos é ligeiramente mais lento do que se esperava devido principalmente às chuvas contínuas em parte de Mato Grosso.

Os reportes de grãos avariados e com excesso de umidade seguem circulando no Médio Norte do estado, onde as chuvas têm sido mais concentradas. O problema, porém, não é generalizado. Além disso, as produtividades seguem muito boas em todas as regiões que já têm colheita, com picos de 72 sacas por hectare no oeste mato-grossense.

QUEBRA - No Paraná, a colheita segue concentrada no oeste e no sudoeste, onde o impacto da estiagem foi maior, e as produtividades continuam baixas, com alguns talhões rendendo apenas 3 sacas por hectare.

Em outros estados, a soja se desenvolve bem e a colheita deve começar a ganhar ritmo em diversas áreas nos próximos dias.

A AgRural estima a produção 2021/22 de soja do Brasil em 133,4 milhões de toneladas, após dois cortes consecutivos em dezembro e janeiro devido à estiagem no Sul do país e no sul de Mato Grosso do Sul.

Férias Inviolável é + paz e tranquilidade

INVIOLÁVEL
MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Tangará da Serra - MT | 65 3311.3311

Leia o QR Code e coloque a Inviolável no seu roteiro de verão

inviolavel.com